

# Pandemia, trabalho e juventude no Norte e Nordeste do Brasil

Teoria e Cultura | Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF | ISSN: 2318-101x | v. 20, n. 2, 2025 | p. 261-279  
DOI: 10.34019/2318-101X.2025.v20.44978

*Pandemic, work and youth in the North and Northeast of Brazil*

*Pandemia, trabajo y juventud en el Norte y Nordeste de Brasil*

*Christiane Luci Bezerra Alves<sup>1</sup>*  
*Evânio Mascarenhas Paulo<sup>2</sup>*  
*Tiago Siqueira Reis<sup>3</sup>*

## Resumo

O texto analisa o mercado de trabalho juvenil na região Nordeste, especialmente durante os efeitos da pandemia de covid-19. A literatura aponta que os instrumentos que condicionam as decisões laborais da juventude passam por um período de reconfiguração, que têm impactos importantes sobre a determinação da condição da juventude no mercado de trabalho. Assim, usando dados provenientes da Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua (PNAD-contínua) e de sua versão feita durante o período de pandemia, PNAD-covid19, mostra-se, como resultados, que o nível de desemprego juvenil é bastante elevado, além de outros indícios de precarização, como baixo rendimento e ociosidade, fatos potencializados pela estrutura social do Nordeste do Brasil.

**Palavras-chave:** Juventude; Mercado de Trabalho; Nordeste.

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora associada do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Atua como pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da URCA, com ênfase em economia regional, urbano-regional e políticas públicas.

<sup>2</sup> Professor doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Desenvolve pesquisas nas áreas de desenvolvimento regional, desigualdades socioeconômicas e dinâmicas de fronteira, com foco no contexto amazônico e latino-americano.

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do curso de Licenciatura Intercultural na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atua nas linhas de pesquisa em história da saúde pública brasileira, relações entre Estado, trabalho e sociedade civil, e história contemporânea.

## Abstract

*The text analyzes the young labor market in the Northeast region of Brazil during the pandemic crisis of covid-19. The literature shows that the decision conditioners of young labor market are reconfiguring, which has important impacts on the process of decision making of youth. So, using database from the National Survey (PNAD-continua), shows, as results, that levels of youth unemployment is quite high, in addition to another signs of precariousness, as low yields and idleness, facts enhanced by the social structure of the Northeast of Brazil.*

**Keywords:** *Youth, Labour Market; Northeast.*

## Resumen

*Este artículo analiza el mercado laboral juvenil en la región Nordeste, particularmente durante los efectos de la pandemia de COVID-19. La literatura sugiere que los instrumentos que influyen en las decisiones de empleo juvenil se encuentran en un período de reconfiguración, lo que tiene un impacto significativo en la determinación de su estatus en el mercado laboral. Utilizando datos de la Encuesta Nacional Continua de Hogares (PNAD-continua) y su versión relacionada con la pandemia, la PNAD-COVID19, los resultados muestran que el desempleo juvenil es bastante alto, junto con otros indicadores de precariedad laboral, como los bajos ingresos y la inactividad, factores exacerbados por la estructura social del Nordeste brasileño.*

**Palabras clave:** Juventud; Mercado laboral; Nordeste.

## Introdução

A sociedade brasileira recente apresentou uma melhora relevante em índices quantitativos de educação. Alguns fenômenos explicam essa tendência, como a expansão da rede de ensino, o avanço no acesso à educação superior, o financiamento estudantil, entre outros. Por outro lado, as sucessivas crises que recentemente dramatizam a cena política e econômica brasileira intensificaram a precarização do trabalho, caracterizada pelo aumento do desemprego, da subocupação e da informalidade (Costa, 2010; Parente, 2017).

Em relação às condições laborais de segmentações sociais já marcadas por vulnerabilidades, essa fragilização das condições de trabalho assume contornos ainda mais profundos. Entre elas, destaca-se o trabalho juvenil, que enfrenta uma crise sistêmica particularmente complexa e grave no Brasil recente. Desse modo, o mercado de trabalho, enquanto expressão das dinâmicas socioeconômicas, reflete tais dilemas e constitui um ponto privilegiado de observação para compreender as vulnerabilidades que incidem sobre a juventude (Paulo; Alves, 2019).

Nesse contexto, o desempenho econômico errático do país nos últimos anos constitui um forte obstáculo à inserção e à permanência no mercado de trabalho, especialmente para grupos sociais já marginalizados, como os jovens trabalhadores. Embora esses jovens tenham avançado em termos de qualificação, impulsionados, sobretudo, pela expansão do ensino superior no Brasil, ainda enfrentam, diante da instabilidade econômica e dos desafios estruturais históricos do país, barreiras significativas à conquista de uma inserção laboral justa (Cardoso, 2013).

Se, por um lado, o crescimento insuficiente da economia brasileira já representa um desafio significativo para a juventude, por outro, a situação econômica se agrava diante de uma conjuntura política delicada, marcada por uma polarização irracional e por incertezas quanto a qual projeto político-econômico nacional deve ser seguido. Esse contexto adiciona uma camada de insegurança às decisões e condições laborais de uma juventude que já se encontra laboralmente marginalizada. Isso evidencia que são justamente esses jovens os mais vulneráveis às consequências perversas de uma fragmentação política, que os tem, justamente, como seu alvo prioritário.

Ainda nessa teia de dilemas políticos e econômicos de um Brasil dividido e estagnado, a crise sanitária de 2020-2022 expôs as entranhas e as fragilidades de um sistema perverso que, na verdade, sempre estiveram estruturalmente presentes em nosso arcabouço político-econômico e só foram evidenciadas com mais ênfase durante o período pandêmico. Sob esse sistema, uma geração de jovens trabalhadores vê seu futuro ameaçado, sendo que os impactos se fazem sentir com maior intensidade nos rincões mais afastados do centro econômico do país, como é o caso do Norte e do Nordeste, o que dimensiona o desafio de alocar produtiva e socialmente milhões de jovens a cada ano nos novos postos de trabalho gerados. Esse período, então, fornece um ponto de vista bastante rico para analisar a condição de trabalho juvenil, ao expor mais claramente seus dilemas estruturais (Cardoso, 2013).

Além dos dilemas observados no cenário nacional, emergem novos desafios quando se direciona a atenção às condições de emprego e trabalho nos diferentes subespaços regionais do Brasil. Nesse contexto, as regiões Norte e Nordeste, historicamente marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas, configuram-se como um campo privilegiado de análise das fragilidades do emprego juvenil. Assim, justifica-se a escolha dessas regiões como recorte territorial para o desenvolvimento das análises apresentadas neste trabalho.

Assim, diante do que se configura como um possível colapso de uma geração, este trabalho objetiva apresentar um compilado de dados sobre o mercado de trabalho juvenil

nas regiões Norte e Nordeste. Busca-se, por meio dessa análise, evidenciar as transformações, vulnerabilidades e desafios enfrentados pelos jovens trabalhadores, ao situá-los no contexto das fragilidades históricas dessas duas regiões e das repercussões socioeconômicas profundas que marcaram esses anos críticos. Aqui, a vulnerabilidade social latente nesses subespaços nacionais também ajuda a fornecer importantes pontos de vista sobre a configuração e os dilemas do trabalho juvenil.

Os dados analisados neste trabalho provêm principalmente de pesquisas amostrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em particular da PNAD COVID, realizada em todas as regiões do país durante os meses mais críticos da pandemia, e da PNAD Contínua, que compila informações conjunturais sobre o emprego nas diversas regiões brasileiras. A abordagem analítica desses dados confere ao estudo um caráter metodologicamente descritivo e interpretativo, que pode embasar análises mais aprofundadas sobre o mercado de trabalho juvenil.

Logo, este trabalho contribui para os estudos sobre a trajetória recente do mercado de trabalho juvenil diante das incertezas oriundas das múltiplas crises observadas recentemente. Nesse percurso, os dilemas da juventude são investigados sob o prisma do cenário recessivo, especialmente no contexto da crise sanitária, que se generaliza pelo mercado de trabalho juvenil e mostra como ela aprofunda dificuldades intrínsecas desse grupo da população.

Para isso, o texto encontra-se dividido da seguinte forma: além desta introdução, na segunda seção define-se, rapidamente, um conceito para operar a noção de juventude, além de fornecer uma breve discussão acerca dessa noção. Na terceira seção, são apresentados alguns dilemas clássicos da vida juvenil sob o prisma da crise nacional de emprego. Logo em seguida, na quarta seção, apresentam-se os indicadores conjunturais de emprego, na qual se analisa, especialmente, o componente de crise sistêmica do trabalho juvenil.

## Aspectos metodológicos e conceituais

Existem diferentes perspectivas para conceituar juventude: como uma simples etapa da vida (Griffin, 2008); como um conjunto de indivíduos que ocupam papéis sociais específicos (Mannheim, 1952); ou ainda como um grupo marcado por crenças culturais, comportamento, dinâmicas familiares e inserção coletiva (Cieslik, 2013). Um elemento central que atravessa essas diferentes visões é a noção de independência, que serve como fio condutor entre elas (Galstyan, 2022).

Por exemplo, para Pochmann (2007), a juventude se conceitua não apenas a partir de um intervalo etário específico, mas também pelo comportamento e pela atitude social durante os ciclos de vida, que se estendem por mais tempo do que a simples etapa de 14 a 29 anos, como a escolhida neste trabalho, o que também não encontra relação direta com a definição de preparação para a vida adulta. Adicionalmente, Pochmann (2004) considera que, como a estrutura demográfica nacional tem evoluído com uma sensível elevação da expectativa de vida da população, a ideia de transitoriedade que marca a vida juvenil merece ser reconsiderada.

Todavia, um desafio relevante se impõe aos estudos sociais aplicados que buscam sistematizar um conceito de juventude de modo a torná-lo operacional por meio de dados estatísticos. Esse desafio decorre da multiplicidade de características que compõem esse grupo, abrangendo dimensões culturais, sociais, etárias, entre outras, o que confere ao conceito um caráter academicamente dinâmico, mas, em certos casos, de difícil operacionalização estatística. Conforme Silva et al. (2024), a simples presença de um

indivíduo em uma faixa etária arbitrária produz um conceito convenientemente operacional, como se deseja, porém não capta as complexidades associadas às vivências juvenis.

Assim, o jovem, enquanto ser social, assume uma dinâmica que vai muito além de um intervalo de idade. Nota-se não haver uma definição exata ou padrão de juventude. Ela é heterogênea, singular e com muitos dissensos, como esperado, dada sua complexidade. Necessita-se, todavia, ter em mente essa realidade multifacetada para evitar equívocos em seu uso, principalmente ao formular políticas públicas dirigidas a esse segmento. Logo, o contexto econômico, social, histórico e cultural afeta decisivamente a caracterização consensual de juventude. E, certamente, a definição de um simples intervalo de idade não é suficiente para contemplar todas essas percepções (Galstyan, 2022; Silva et al., 2024).

Acerca da estruturação dos dados usados na pesquisa, o mercado de trabalho juvenil foi analisado por meio de recortes de dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em sua versão contínua (PNAD Contínua), além da chamada PNAD COVID-19, que captou noções socioeconômicas do Brasil durante o contexto pandêmico. Os microdados referem-se aos trimestres dos anos selecionados de 2012 a 2024. Adiciona-se ainda que a PNAD Contínua e a PNAD COVID-19 são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a amostra foi expandida utilizando, como fator de expansão, o peso amostral relativo às pesquisas para pessoas, fornecido nas próprias pesquisas.

## Jovens e mercado de trabalho: algumas considerações

A inserção laboral é um desafio não apenas para os jovens trabalhadores, mas para diferentes faixas etárias. No entanto, dada a menor experiência, a qualificação ainda em formação e a tendência a ocupar funções menos especializadas, os primeiros enfrentam obstáculos particularmente significativos em sua trajetória profissional. Esse dilema se relaciona diretamente também à decisão de permanecer na escola, o que configura um *trade-off* entre a continuidade dos estudos — que amplia a qualificação e as oportunidades futuras — e a interrupção da vida escolar para ingressar precocemente no mundo do trabalho (Paulo; Alves, 2019).

Se, por um lado, o tempo dedicado à escolarização aumenta as oportunidades futuras, por outro, ele incorre em custos efetivos e de oportunidade no presente. Há ainda a presença de outros fatores socioeconômicos, como privação de consumo e insuficiência de renda, comuns em períodos recessivos como o que se estuda, que alteram essas relações, forçando uma entrada precoce no mercado de trabalho e minando melhores oportunidades profissionais futuras (Andrade, 2008).

Durante o início dos anos 2000, em particular, as acentuadas mudanças no mundo juvenil, como o aumento do tempo de permanência na escola, a continuidade dos ciclos de estudos entre os jovens e o reforço em sua qualificação profissional, proporcionaram-lhes melhores oportunidades, além de ajudarem a retardar uma entrada precipitada no mercado de trabalho.

Na contramão, a segunda década dos anos 2000 caracteriza-se por ajustes profundos nas relações de trabalho como resposta à conjuntura econômica e política do período. Destarte, o revés na trajetória de crescimento expressa-se pela estagnação persistente, reflexo do esgotamento do modelo de crescimento alavancado pela elevação internacional do preço das *commodities* primárias.

Agrega-se a tal contexto a intensa crise na esfera política, que refletia as instabilidades que levaram à saída da presidente Dilma Rousseff e as tensões do processo eleitoral de 2018, que não só amplificaram as fragilidades econômicas e a polarização política, mas também

inviabilizaram uma estratégia de defesa de seus efeitos sociais (Almeida, 2016). Assiste-se, na esfera específica do mercado de trabalho, a um aumento do desemprego e da informalidade e à queda do rendimento laboral (Paulo; Alves, 2019).

No primeiro trimestre de 2020, já se sentem os choques associados à pandemia e à crise sanitária que se sucede. A economia brasileira, fragilizada pelo contexto pré-pandemia, é afetada pela desaceleração das exportações, na sequência da semiparalisa do comércio e do turismo internacionais. O choque da demanda externa expõe a vulnerabilidade doméstica em relação às exportações e aos preços das commodities, bem como a dependência de parceiros comerciais específicos, todos já a experimentar, nesse trimestre, o avanço da pandemia e os reflexos em suas economias locais. Diante desse quadro, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declara como pandemia o avanço da Covid-19.

Não obstante o cenário de deterioração da produção e do emprego, dilemas clássicos do mundo juvenil, como a inserção laboral precoce, representam a única possibilidade de afirmação social e familiar, em particular no contexto de crise. As próprias mudanças observadas na estrutura de produção e trabalho são acompanhadas por tensões entre trabalho e vida familiar, que se refletem sobre a realização pessoal e social desses jovens (OIT, 2009).

Nesse caso, o conflito e a dificuldade em conciliar aspectos da vida pessoal, profissional e estudantil — que, por vezes, inibem a qualificação profissional digna e interferem negativamente no desenvolvimento educacional e cultural dos jovens —, em meio à pandemia, são severamente aprofundados. Uma expressão crítica dessa dinâmica é a ampliação de mecanismos que sustentam a pobreza em regiões onde a vulnerabilidade social já se faz ativamente presente, como no caso do Nordeste, ao contribuir para manter os elos entre a dinâmica social que sustenta as cadeias de pobreza e de vulnerabilidade, conforme ressalta Costa (2010, p. 10):

um jovem que inicia sua trajetória laboral prematuramente, é quase certo que não conclui uma educação suficiente e, portanto, estará fadado a trabalhar em troca de uma baixa remuneração, em situação de desvantagem para prosperar e para dar a seus filhos melhores oportunidades do que as que teve.

Em outra linha, se o adiamento da entrada no mercado de trabalho estiver associado à permanência na escola e não à falta de oportunidades geradas por ineficiência em ambos os sistemas de trabalho e educação, constituir-se-ia o que o (COSTA, 2010) caracteriza por “moratória social”, fenômeno que corresponde:

um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e possibilita-lhe um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil.

No entanto, deve-se revisita-la melhor no âmbito da sociologia e da antropologia brasileiras, ao passo que se deve analisá-la com cautela, já que as evidências mostram um aumento no número de jovens que não dedicam seu tempo e esforço nem ao mercado de trabalho nem às atividades educacionais, sugerindo que outros fenômenos sociais, ainda não completamente esclarecidos, atuam nas decisões sobre qual caminho seguir os jovens brasileiros escolhem.

Outro ponto que se adiciona é que, além das exigências de formação educacional, as experiências profissionais e pessoais são também importantes demandas por parte dos

empregadores. Isso ocorre em virtude do interesse do capital na redução de gastos com qualificação e treinamento de mão de obra. Certamente, constitui-se, portanto, em uma barreira à entrada de jovens no mercado de trabalho e, também, em um grave paradoxo, na medida em que o mercado, para efetivar a contratação de um profissional, demanda certo acúmulo de experiência na vaga ofertada, e o jovem, como na maioria dos casos está buscando o primeiro emprego, tende a “nunca” estar apto à obtenção de uma vaga. Dessa forma, “nunca” acumula a experiência necessária (Santos; Santos, 2011).

Estratégias para viabilizar a integração social e econômica dos jovens devem ser, então, pensadas e implementadas para evitar a supressão e a frustração do futuro desempenho socioeconômico desse grupo, marcado por fragilidades e incertezas que, quando crônicas, comprometem a ordem social. Para o segmento juventude, especialmente no contexto brasileiro, as estratégias de políticas enfrentam ainda o desafio das heterogeneidades que marcam o interior do próprio segmento juvenil em aspectos como escolaridade, renda familiar, acesso a um trabalho de qualidade, nível salarial, tempo de busca por trabalho e acesso à qualificação, dentre outros (Costa, 2010).

## Trabalho juvenil a partir de indicadores selecionados

Os dados no Apêndice A1.1 apresentam uma síntese geral de indicadores conjunturais selecionados do mercado de trabalho juvenil nas regiões Norte e Nordeste nos anos considerados. Alguns aspectos da deterioração nas condições de trabalho juvenil tornam-se evidentes diante dos múltiplos efeitos das crises econômica, política e sanitária que marcaram a sociedade brasileira, especialmente no período de 2015 a 2024. Observa-se, por exemplo, o aumento expressivo do déficit de emprego<sup>4</sup>, que, embora já elevado antes dos momentos mais agudos dessas crises — em torno de 30% da força de trabalho juvenil —, atingiu cerca de 48% nos semestres mais críticos da pandemia, em 2020.

Nos anos posteriores, especialmente após 2022, verifica-se uma redução consistente desse déficit, que recua para aproximadamente 26% da população juvenil das duas regiões no último trimestre de 2024, patamar menor até que o do primeiro trimestre de 2012. Essa diminuição reflete tanto o declínio da população jovem em idade ativa, resultado de transformações demográficas que se processam nessas últimas décadas, quanto o processo de recuperação gradual da economia após os efeitos mais severos da pandemia, por meio de um aumento da população juvenil ocupada, mas ainda indica um quadro social delicado, com um quarto da população juvenil dessas regiões em algum grau de desemprego.

Há também uma forte assimetria na forma como os efeitos dessas crises se manifestam entre os diferentes grupos etários da população. As consequências são significativamente mais intensas para os trabalhadores jovens, que experimentam maiores níveis de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Entre 2015 e 2022, período em que as crises econômica, política e sanitária se mostraram mais agudas, o déficit de emprego para o conjunto da força de trabalho alcançou 24%, enquanto, entre os trabalhadores juvenis, esse percentual foi substancialmente superior, atingindo cerca de 37%.

Especificamente para os períodos mensais de 2020, ano em que os efeitos da pandemia de Covid-19 foram mais intensos, observa-se um aumento contínuo da massa de jovens efetivamente desempregados, que cresceu em cerca de 1 milhão de jovens em termos

---

<sup>4</sup> O déficit de emprego é um indicador ampliado de desemprego da força de trabalho. Ele é definido como a soma das pessoas desempregadas, da força de trabalho potencial e dos não buscadores ativos (indivíduos que não procuram emprego ativamente, mas aceitariam um trabalho se houvesse oportunidade), dividida pela soma da força de trabalho ampliada e dos não buscadores ativos. Essa medida busca captar de forma mais abrangente a distância entre a oferta de trabalho disponível e a demanda efetiva por emprego.



absolutos e, em novembro daquele ano, alcançou 26% da população total juvenil economicamente ativa das duas regiões — um fato preocupante, dado que os jovens representam uma parte importante da dinâmica de trabalho, conforme a Tabela 1.

Aqui, dois aspectos merecem uma consideração especial. Primeiro, o rápido aumento da massa de jovens economicamente ativos desempregados durante o período pandêmico, que saltou de 17%, no início da pandemia, para 26% no final de 2020, mostrando que esse segmento do mercado de trabalho foi duramente afetado pelo contexto de crise sanitária e já vinha sendo pesadamente impactado pela crise político-econômica imediatamente anterior. O segundo aspecto é que, para o mercado de trabalho geral, a velocidade de expansão da massa de desempregados foi mais lenta, passando de 10% para 16%. Isso mostra que, além de pesadamente, os jovens foram relativamente mais afetados pelo contexto pandêmico.

Esse indicador revela um aspecto crítico do mercado de trabalho juvenil sob a influência da pandemia. Destarte, a vulnerabilidade associada ao trabalho juvenil, amplamente relatada na literatura, traduz-se, especialmente, em um maior desemprego em relação ao mercado de trabalho geral, além de outros sinais de precarização, como piores rendimentos, como se demonstra posteriormente.

Por outro lado, depois de afastar 21% da força de trabalho juvenil de seus postos de trabalho, a pandemia de Covid-19 foi reduzindo o total de trabalhadores jovens afetados até atingir 3% em novembro, à medida que a primeira onda foi diminuindo ao longo daquele ano.

Tabela 1: Norte e Nordeste - Indicadores selecionados do mercado de trabalho juvenil - 2020

Mês	Ocupados	Ativa				Total
		Afastada		Desocupada		
				Sem atividade		
		Devido à covid	Outros motivos	Desempregada	Desocupação plena	
Mai	5,066,087	1,756,429	286,201	1,412,624	10,920,131	19,441,472
Jun	5,534,851	1,351,607	258,408	1,689,577	10,615,467	19,449,910
Jul	5,896,738	949,329	258,351	1,761,099	10,527,410	19,392,927
Ago	6,322,184	630,489	176,162	2,023,907	10,238,779	19,391,521
Set	6,575,656	436,703	179,861	2,237,922	9,964,658	19,394,800
Out	6,710,607	325,713	173,657	2,385,636	9,782,894	19,378,507
Nov	6.775.111	284.851	181.803	2.494.922	9.656.903	19.393.590

Fonte: PNAD-COVID19/IBGE.

Um aspecto do trabalho juvenil com alguma centralidade é o aumento dos jovens ocupados durante o período pandêmico. Esse número é influenciado por jovens afastados temporariamente e que regressam ao trabalho à medida que as políticas de restrição eram relaxadas. As vagas representam, portanto, a recuperação de parte dos postos de trabalho perdidos durante os meses mais duros da pandemia. Os jovens plenamente desocupados, ou seja, sem emprego e que não procuraram uma atividade, diminuem, o que também afeta o aumento da população ocupada, uma vez que o IBGE considera subocupações e trabalhos temporários como ocupações plenas. Nesse caso, os efeitos da pandemia, ao pressionar as condições de vida dos jovens, forçam sua entrada precoce no mundo do trabalho, porém em postos precários, como ressaltam Mattei e Heinen (2020).

A literatura postula que as características do mercado de trabalho, estruturadas em maior precarização em relação aos jovens, restringem a “atratividade” que o trabalho exerce sobre a juventude. Isso se associa a uma redução consistente da população economicamente ativa juvenil. Todavia, o que se observa no recorte temporal pandêmico é uma tendência

oposta, com aumento no número de jovens economicamente ativos. Esse fato merece um cuidado especial, mas se associa à pressão exercida pela crise sistêmica do trabalho juvenil, forçando-os a aceitar qualquer oportunidade de emprego, ainda que precário, sem lhes dar chances de esperar por oportunidades melhores. Assim, para Braga (2011), a disponibilidade de trabalho juvenil condiciona-se à decisão familiar diante de fatores como pobreza ou acesso ao sistema educacional, ou sua ineficiência.

Destaca-se, mais recentemente, o ajuste do emprego pós-crise de 2008 e suas subsequentes acomodações no mercado de trabalho. Nos anos seguintes, o aumento do desemprego, a expansão da informalidade e a estagnação dos rendimentos somaram-se às crises política e econômica que marcam a segunda década dos anos 2000, produzindo efeitos sociais profundos sobre o mercado de trabalho — efeitos esses que culminaram no agravamento do quadro durante a crise sanitária em 2020-2022. Com isso, as crises recentes têm efeitos ampliados através do mercado de trabalho, sendo mais potentes em segmentos historicamente mais vulneráveis, como o juvenil, dada sua menor capacidade de reação a ciclos adversos.

Isso mostra que, na lógica de seletividade do trabalho, os jovens acabam excluídos, restando-lhes o desemprego, uma precária iniciação profissional ou, ainda, a simples não participação no mercado de trabalho, onde buscam realizar-se em outros aspectos de sua sociabilidade. Assim, esse contexto diminuiria o interesse em demandar trabalho juvenil por parte daqueles com a decisão de contratar. Ao passo que a recíproca seria verdadeira, já que os jovens, ao não verem suas aspirações concretizadas, dedicam-se à sua qualificação para melhorar essa condição. Outros, em oposição, não veem suas aspirações contempladas nem pelo mercado de trabalho nem pelo sistema de educação e acabam por abandonar ambos (Silva et al., 2024).

Essa lógica sugere que os interesses do capital prevalecem sobre a acessibilidade digna dos jovens ao mundo do trabalho e condicionam até mesmo suas decisões quanto à educação, que, por vezes, é interrompida pelas forças de mercado. Esses determinantes precarizam o trabalhador jovem e se ligam à sua frustração com o trabalho, já que se exigem habilidades e capacitações que os trabalhadores juvenis não podem fornecer, em particular na etapa inicial de sua vida produtiva, e que o sistema de educação, em certo aspecto falho, não dispõe.

Esse quadro se adiciona ao drama regional, em que, no Norte e no Nordeste, o “reservatório” de mão de obra semiqualiificada e subocupada mantém duras exigências no recrutamento para o trabalho decente, ao passo que permite as subocupações. Destarte, jovens que não detêm as habilidades necessárias ficam subocupados ou se mantêm fora do trabalho para ampliar sua aprendizagem e pressioná-lo num segundo momento, quando suas chances são melhores.

Como apontado no início desta seção, o desemprego constitui um dilema clássico da juventude. Os dados revelam a persistência de um hiato estrutural entre as taxas de desemprego dos jovens e as dos demais grupos etários nas regiões Norte e Nordeste. Entre 2012 e 2024, os jovens corresponderam, em média, a 35% da oferta ampliada de trabalho, mas responderam por cerca de 54% do total de trabalhadores desempregados nessas duas regiões, conforme demonstram os dados apresentados no Apêndice A1.1.

A Tabela 2 apresenta o nível médio de rendimento real para o mercado de trabalho geral e para os trabalhadores juvenis. Os dados revelam uma trajetória marcada por estagnação e desigualdades persistentes entre o rendimento médio dos trabalhadores em geral e o dos jovens, tanto no Brasil como nas regiões Norte e Nordeste. Em 2012, observa-se um quadro de rendimentos relativamente estável, com médias próximas de R\$ 3.100 para o conjunto da força de trabalho e R\$ 2.300 para o segmento juvenil no Brasil. No Norte-

Nordeste, contudo, o rendimento médio dos jovens se situa em torno de R\$ 1.450, o que evidencia uma forte assimetria nos rendimentos provenientes do trabalho, tanto entre grupos etários como regionalmente.

A partir de 2015, as consequências da recessão econômica e da instabilidade política tornam-se evidentes. Enquanto o rendimento médio geral mantém-se relativamente estável, os rendimentos dos jovens, sobretudo no Norte e Nordeste, sofrem maior compressão, refletindo a precarização e a informalização do trabalho juvenil. Essa tendência se acentua em 2020, durante a crise sanitária da Covid-19, quando as rendas médias atingem seus valores mais baixos — uma queda expressiva que reflete o colapso de setores intensivos em mão de obra jovem, como comércio, serviços e atividades informais.

No período pós-pandemia, nota-se uma recuperação gradual dos rendimentos, acompanhando a retomada econômica e a recomposição do emprego. Em 2024, o rendimento médio geral volta a superar R\$ 3.500, enquanto o dos jovens atinge R\$ 2.600 no Brasil e R\$ 1.630 no Norte-Nordeste — valores que, embora indiquem melhora, permanecem inferiores aos observados no período pré-crise. Persistem, portanto, dois padrões estruturais: o hiato de rendimento entre trabalhadores jovens e adultos e a desigualdade regional entre o Norte-Nordeste e o restante do país. Esses resultados reforçam a ideia de que a recuperação pós-pandemia não foi suficiente para recompor plenamente o poder de compra dos trabalhadores mais vulneráveis, sobretudo dos jovens inseridos em contextos regionais de menor dinamismo econômico.

Tabela 2: Rendimento real médio de todos os trabalhos – anos selecionados

Ano	Tri	Mercado de Trabalho Geral Brasil	Mercado de Trabalho Juvenil Brasil	Mercado de Trabalho Juvenil Norte-Nordeste
2012	1	3,254.42	2,411.96	1,531.61
	2	3,093.13	2,309.76	1,458.57
	3	3,108.26	2,311.91	1,461.66
	4	3,092.52	2,279.13	1,451.57
2015	1	3,235.24	2,375.78	1,526.11
	2	3,117.18	2,265.77	1,471.97
	3	3,083.36	2,249.57	1,440.74
	4	3,101.09	2,234.44	1,444.03
2020	1	3,555.57	2,552.31	1,509.82
	2	3,244.95	2,415.87	1,428.74
	3	3,247.02	2,368.96	1,421.93
	4	3,251.48	2,367.27	1,398.26
2024	1	3,637.54	2,599.66	1,604.31
	2	3,447.76	2,511.93	1,582.39
	3	3,464.59	2,525.27	1,575.40
	4	3,535.33	2,597.51	1,630.09

Fonte: PNAD-contínua/IBGE.

Os resultados até aqui sintetizam muitas das relações já apresentadas. O trabalho juvenil, circunscrito na dinâmica do mercado de trabalho geral, tende a uma deterioração sempre mais aguda, que se aprofunda pela dinâmica produtiva recessiva sentida no país nesse período crítico de crises sucessivas. A dinâmica recessiva é observada em todas as subcategorias do rendimento juvenil, sendo, em particular, mais intensa entre os jovens mais pobres. Outro elemento, como destacam Mattei e Heinen (2020), é que a pandemia apenas se soma às já frágeis condições de trabalho, que são, como mostrado, mais duras nas regiões de reprodução de vulnerabilidade, como no Norte e Nordeste.

Com isso, as mudanças no padrão de aspirações juvenis são simultâneas à desestruturação do trabalho. O resultado disso envolve uma intensa precarização do trabalho

juvenil e potencializa os já marcantes dilemas da juventude. Somando-se a isso, o cenário econômico desfavorável, marcado pela crise múltipla que se generaliza nas últimas décadas, atinge amplamente o trabalho juvenil, impondo-lhe uma crise sistêmica, cujas consequências ainda podem ser passíveis de amplas reflexões e investigações.

Os dados apresentados na Tabela 3 mostram a evolução do rendimento real médio do trabalho no Brasil e na região Norte-Nordeste entre 2012 e 2024, distribuída por grupos etários. No recorte Norte-Nordeste, observa-se uma defasagem significativa em relação à média nacional em todos os grupos etários, o que mostra que os trabalhadores, sejam juvenis ou não, dessas regiões enfrentam condições mais vulneráveis em termos de remuneração do trabalho.

Quanto ao perfil etário, a diferença entre jovens e adultos é profunda. Em 2024, no Brasil, os jovens de 14 a 29 anos recebem cerca de 63% do que ganham os trabalhadores de 40 a 49 anos e, no Norte-Nordeste, a proporção é ainda menor, 61%. O rendimento dos trabalhadores juvenis do Norte-Nordeste é cerca de 25% menor que a média nacional para esse mesmo grupo etário. Assim, os diferenciais de remuneração entre os grupos analisados são profundos e consistentes, o que indica uma vulnerabilidade importante entre os diferentes segmentos etários.

Tabela 3: Norte-Nordeste - Rendimento real do trabalho por grupos de idade – anos selecionados<sup>5</sup>

Grupos de Idade	Brasil				
	2012	2015	2017	2020	2024
De 14 a 29 anos	10.4	10.8	11.2	11.8	11.8
De 30 a 39 anos	9.8	10.4	10.9	11.8	11.9
De 40 a 49 anos	8.7	9.1	9.5	10.4	10.8
De 50 a 59 anos	7.8	8.2	8.6	9.4	9.4
Acima de 60	6.0	6.7	7.4	8.3	8.4
Grupos de Idade	Norte-Nordeste				
	2012	2015	2017	2020	2024
De 14 a 29 anos	9.7	10.1	10.5	11.3	11.4
De 30 a 39 anos	8.9	9.4	10.1	11.0	11.2
De 40 a 49 anos	7.7	8.1	8.6	9.6	9.9
De 50 a 59 anos	6.7	7.1	7.7	8.5	8.6
Acima de 60	4.7	5.3	6.1	7.2	7.3

Fonte: PNAD-contínua/IBGE, 2012; 2015; 2017; 2020; 2024.

Por fim, observa-se que, a partir de 2020, os rendimentos reais do trabalho passaram a crescer de forma mais consistente para a maioria dos grupos etários, indicando sinais importantes de recuperação após um longo período de estagnação. Os maiores ganhos reais concentram-se justamente entre os trabalhadores de 14 a 29 anos, evidenciando uma recomposição recente dos rendimentos da juventude no mercado de trabalho.

Já na Tabela 4, são apresentados dados sobre a evolução média da escolaridade (em anos de estudo) da população ocupada no Brasil e na região Norte-Nordeste, distribuída por grupos etários entre 2012 e 2024. A análise evidencia um avanço contínuo da escolarização da força de trabalho, tanto em âmbito nacional quanto regional. De modo geral, embora os trabalhadores mais jovens apresentem rendimentos médios inferiores aos dos demais grupos, sua escolaridade tende a ser igual ou superior. Assim, as diferenças observadas nos níveis de

<sup>5</sup> Nota: (1) Foi usado para o deflacionamento o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também fornecido pelo IBGE. (2) As médias dos rendimentos de todos os trabalhos foram calculadas ao se tomar como referência o terceiro trimestre de cada ano.

rendimento refletem mais as condições e segmentações estruturais do mercado de trabalho do que, propriamente, o nível de escolaridade dos trabalhadores.

Tabela 4: Norte-Nordeste: Média de anos de estudo da população ocupada por grupos de idade – anos selecionados<sup>6</sup>

Grupos de Idade	Brasil				
	2012	2015	2017	2020	2024
De 14 a 29 anos	10.4	10.8	11.2	11.8	11.8
De 30 a 39 anos	9.8	10.4	10.9	11.8	11.9
De 40 a 49 anos	8.7	9.1	9.5	10.4	10.8
De 50 a 59 anos	7.8	8.2	8.6	9.4	9.4
Acima de 60	6.0	6.7	7.4	8.3	8.4
Grupos de Idade	Norte-Nordeste				
	2012	2015	2017	2020	2024
De 14 a 29 anos	9.7	10.1	10.5	11.3	11.4
De 30 a 39 anos	8.9	9.4	10.1	11.0	11.2
De 40 a 49 anos	7.7	8.1	8.6	9.6	9.9
De 50 a 59 anos	6.7	7.1	7.7	8.5	8.6
Acima de 60	4.7	5.3	6.1	7.2	7.3

Fonte: PNAD-contínua/IBGE, 2012; 2015; 2017; 2020; 2024.

No grupo etário de 14 a 29 anos, as médias de escolaridade nacional e regional não apresentam diferenças significativas, o que indica que as disparidades salariais entre os jovens das regiões mais vulnerabilizadas decorrem menos de características individuais dos trabalhadores e mais das condições socioeconômicas e estruturais desses territórios.

A Tabela 5 mostra o desempenho de algumas políticas de mitigação dos efeitos da pandemia entre os jovens. Nota-se, inicialmente, que a renda do trabalho se situa com uma participação de 42% a 46% na renda de famílias chefiadas por jovens durante o último mês da pandemia com dados disponíveis. Esse percentual é relativamente menor do que para outros grupos etários, cuja composição do trabalho na renda total é bem mais variada entre os estratos e representa mais da metade da renda para os estratos mais pobres<sup>7</sup>.

Tabela 5: Norte-Nordeste: Rendimento domiciliar *per capita* por fontes e decis de renda para jovens – novembro 2020

Fonte	Decil 01	Decil 02	Decil 03	Decil 04	Decil 05	Decil 06	Decil 07	Decil 08	Decil 09	Decil 10
Trabalho	46.0	27.6	43.5	35.3	52.2	40.4	39.1	24.1	34.2	42.1
Apos. e pensões	0.2	0.1	0.5	26.0	6.6	22.6	26.8	57.3	45.0	46.0
Pensões e doações	2.5	0.8	2.2	1.5	2.0	1.5	1.5	1.1	1.1	1.3
Bolsa Família	8.9	7.4	6.6	3.3	3.2	1.4	1.1	0.5	0.4	0.1
Prest. Continuada	0.0	0.0	0.0	5.2	1.3	4.8	5.9	4.4	3.4	1.0
Aux. Emergencial	41.9	63.9	46.8	27.9	33.4	27.4	23.0	10.3	12.3	3.8
Seguro-desemprego	0.0	0.0	0.0	0.3	0.3	0.8	1.4	1.1	1.4	0.4
Outros rendimentos	0.5	0.3	0.4	0.6	1.1	1.1	1.3	1.2	2.0	5.3

Fonte: PNAD/COVID19.

Outro aspecto importante é a participação da renda do auxílio emergencial na composição da renda dos jovens mais pobres, que representa 42% da renda juvenil do primeiro decil de renda, com participação relevante até nos decis de 1 a 5. Isso mostra que o

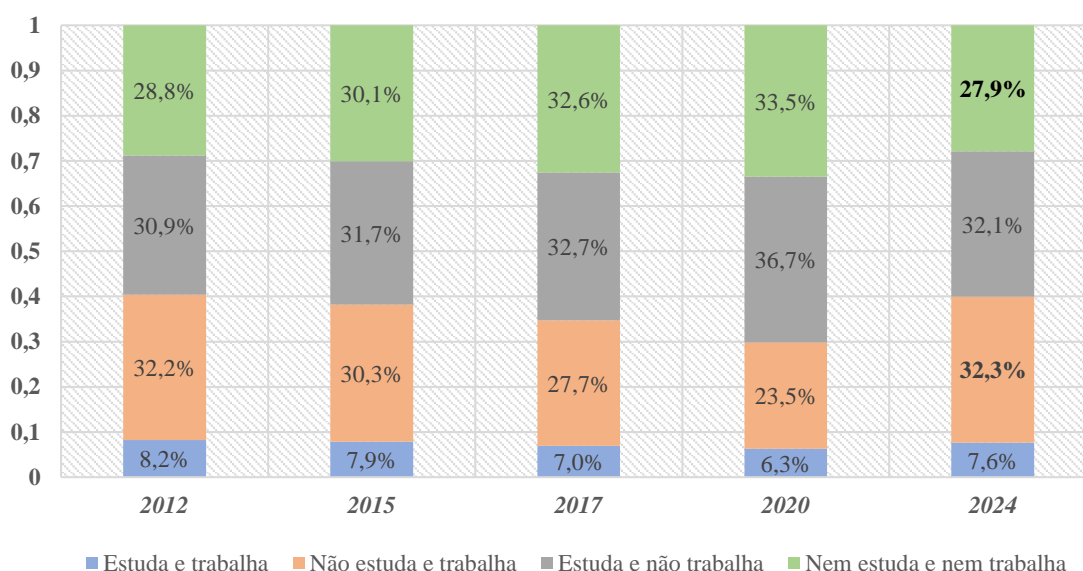
<sup>6</sup> Nota: (1) As médias dos anos de estudo foram calculadas ao se tomar como referência o terceiro trimestre de cada ano.

<sup>7</sup> As estimativas de composição do rendimento para outros grupos etários foram calculadas pelos autores e não aparecem na tabela.

auxílio emergencial desempenhou um papel importante como política de mitigação dos efeitos da pandemia entre os mais jovens, além das políticas tradicionais de assistência, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Outro recorte de destaque no rendimento juvenil são as aposentadorias, pensões e doações, especialmente entre jovens de perfil mais alto de renda.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição da população juvenil do Norte e Nordeste segundo a situação de trabalho e estudo. Observa-se uma mudança nas condições de inserção dos jovens ao longo do tempo, especialmente até o ano de 2020. Antes desse período, havia uma tendência de aumento da ociosidade juvenil, fenômeno que parece ter se revertido após a pandemia. Nota-se ainda que a proporção de jovens que trabalhavam e estudavam vinha diminuindo até 2020, mas voltou a crescer nos anos posteriores. Observa-se também um aumento consistente, entre 2020 e 2024, da população juvenil que somente trabalhava, grupo que vinha perdendo participação até então.

Gráfico 1: Nordeste - Jovens segundo condição de atividade-estudo no quarto trimestre de cada ano.



Fonte: PNAD-contínua/IBGE, 2012; 2015; 2017; 2020; 2024.

Ainda em relação àqueles que só trabalham e não estudam, houve uma forte redução (de 32,2%, em 2012, para 23,5%, em 2020), associada, possivelmente, à reestruturação do mercado de trabalho diante da recessão. Em 2024, contudo, observa-se um aumento na proporção de jovens que apenas trabalhavam, alcançando 32,3%. Esse movimento reflete mudanças mais amplas, como a redução da participação da população juvenil no total da população — já mencionada anteriormente — e a recuperação econômica no pós-pandemia, que, embora tímida, tem contribuído para elevar o nível geral de emprego. Isso mostra que o período pós-pandemia traz mudanças significativas na decisão ociosidade-ocupação desse grupo. Nota-se também que as dinâmicas juvenis estão bastante associadas ao contexto de crise do trabalho e ao plano recessivo da economia brasileira.

Com relação aos jovens que nem trabalhavam nem estudavam, há um aumento consistente desse grupo, especialmente até 2020, o qual já apresentava uma proporção significativa do estrato da população juvenil. Em parte, isso se explica pela seletividade no mercado de trabalho e pelas deficiências no sistema de educação, em que os jovens que

concluem seus ciclos regulares de estudos não conseguem ingressar no mercado laboral e/ou continuar seus estudos em ciclos superiores (Bridi, 2020; Moreira; Rosário; Santos, 2011; Silva; Vaz, 2022). Porém, isso também está fortemente associado à dinâmica de crise sistêmica da economia brasileira, que diminui sistematicamente as oportunidades, em particular para os mais jovens. Assim, esse grupo aumentou significativamente devido às crises recentes, demonstrando que os desajustes sazonais tendem a aprofundar a ociosidade do trabalho juvenil. Já no período mais recente, pós-2020, nota-se uma redução na população juvenil totalmente ociosa. Como já mencionado, fatores como a recuperação econômica e dinâmicas estruturais da população podem estar associados a essa redução. Todavia, se seus efeitos serão duradouros, ainda parece uma questão em aberto.

Por fim, a queda do grupo que “estuda e não trabalha” após 2020 (de 36,7% para 32,1%) sugere que a recomposição do emprego tem ocorrido, em parte, às custas de uma redução na dedicação exclusiva aos estudos. Esse resultado problematiza a ideia de recuperação plena, pois evidencia tensões entre a necessidade de inserção produtiva e a continuidade escolar. Em síntese, os dados apontam para uma reconfiguração das estratégias juvenis frente às mudanças econômicas e sociais recentes, com avanços na ocupação, mas também riscos de aprofundamento das desigualdades educacionais e de qualificação no longo prazo.

## Considerações finais

Os indicadores sistematizados no estudo ressaltam a natureza precária da condição juvenil no mercado de trabalho do Norte e Nordeste. Destarte, dadas as dinâmicas naturais da população e a reestruturação do trabalho, assiste-se a um processo agudo de crise do trabalho juvenil nessas regiões, que vem se acentuando nos últimos anos, o que torna as expectativas em relação aos jovens ainda mais incertas. Todavia, no período pós-pandemia, há, em certa medida, uma recuperação gradual do emprego e da atividade econômica, que também impacta positivamente o trabalho juvenil.

Aponta-se, também, que dilemas tradicionais da juventude, como o desemprego, ainda são bem presentes e foram pesadamente agravados pelo ajuste sentido recentemente, especialmente no contexto pandêmico, mas também pela crise econômica e política que já acompanhava o país no contexto pré-pandemia, o que transforma os jovens do Norte e Nordeste na ampla maioria da massa de desempregados nas duas regiões.

Acrescenta-se, ainda, que essas dificuldades são enfrentadas de modo diferente pelos diversos segmentos da juventude. Aqueles mais pobres, devido às condições ainda mais precárias, reagem ao dilema emprego-escola de maneira bem mais dramática que aqueles financeiramente mais abastados, como se demonstra em trabalhos como Braga (2011) e em alguns dos dados sistematizados aqui. Dessa performance socioeconômica à qual os jovens são expostos durante essa fase da vida decorrem problemas como violência, drogas e tantas outras sequelas sociais que marcam e estereotipam a juventude contemporânea.

Muitas das aspirações e desejos da juventude — uma parte dos jovens, especialmente os mais vulneráveis, como já se pode perceber até aqui — não veem possibilidade de serem contempladas pela inserção precoce, e provavelmente precária, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, essa mesma parte, muitas vezes, desiste por também não vislumbrar que suas aspirações possam ser contempladas pelo sistema formal de educação, ou por não conseguir acessar a oferta de educação, principalmente em ciclos superiores, e, assim, não participa de nenhum dos dois pilares de construção da dignidade pessoal no mundo contemporâneo: o trabalho e a educação. Fenômeno que, como demonstrado aqui, é potencializado pelos ajustes sazonais da economia nacional e, no contexto recente, amplamente aprofundado

também pela crise sanitária, cujas consequências ainda se propagam, estando a juventude circunscrita aos círculos mais afetados pelo contexto recessivo desse mercado.

## Referências

- ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 37, p. 25-30, nov. 2008.
- BRAGA, Thaiz. Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: Uma década de desigualdades entre os grupos etários. *Bahia análise & Dados*, v. 21, n. 2, p. 43-62, 2011.
- BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 264 p. ISBN 978-85-225-1296-6.
- CIESLIK, Mark; SIMPSON, Donald. *Key Concepts in Youth Studies*. London: SAGE Publications Ltd., 2013. 200 p. ISBN 978-1-84860-985-3.
- COSTA, Mardônio de Oliveira. *Educação e trabalho juvenil em um contexto de crescimento econômico: a realidade do Ceará*. 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.
- GALSTYAN, Marina. Re-conceptualising youth: theoretical overview. *Journal of Sociology: Bulletin of Yerevan University*, v. 13, n. 2 (36), p. 22-27, 2022.
- GRIFFIN, Christine. *Representations of Youth: The Study of Youth and Adolescence in Britain and America*. Cambridge; Malden, MA: Polity Press, 2013. ISBN 978-0-7456-6674-7.
- MANNHEIM, Karl. The sociological problem of generations. *Essays on the Sociology of Knowledge*, v. 306, p. 163-195, 1952.
- MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020.
- MOREIRA, Jacqueline Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano; SANTOS, Alessandro Pereira. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, v. 42, n. 4, 2011.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com responsabilidade social*. Brasília: OIT, 2009.
- PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública. *Educação & realidade*, v. 43, p. 415-434, 2017.
- PAULO, Evanio Mascarenhas; ALVES, Christiane Luci Bezerra. DINÂMICA E TENDÊNCIAS RECENTES DO TRABALHO JUVENIL NA REGIÃO NORDESTE (2012-2017). *Revista GeoNordeste*, n. 3, p. 40-55, 2019.
- POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.



SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro; SANTOS, Magila Souza. Os jovens e o mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente. *Bahia análise & Dados*, v. 21, n. 1, p. 25–42, 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. *Os Jovens que não trabalham e não estudam no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2022.

SILVA, Wellington Rodrigues da *et al.* CRISE DO TRABALHO JUVENIL NA REGIÃO NORDESTE DURANTE PANDEMIA DE COVID-19. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 13, n. 1, p. 116–136, 30 set. 2024.

## Apêndices *a1.1*

Tabela 1: Norte e Nordeste - Indicadores selecionados do mercado de trabalho juvenil

Ano	Trimestre	Ocupados	Desocupados			Idade Ativa $\Sigma$
			Desempregados	Força	Plenamente	
			$\mu$	Potencial	Desocupados	
2012	1	9,536,005	1,851,268	1,989,282	7,329,147	20,705,702
	2	9,534,910	1,814,489	1,846,629	7,432,487	20,628,515
	3	9,664,665	1,772,944	1,661,558	7,581,944	20,681,111
	4	9,707,895	1,691,306	1,758,572	7,573,192	20,730,965
2013	1	9,431,266	1,970,028	1,730,172	7,599,447	20,730,913
	2	9,435,301	1,808,283	1,646,688	7,858,154	20,748,426
	3	9,551,136	1,644,253	1,651,105	7,901,556	20,748,050
	4	9,756,301	1,453,982	1,546,812	7,903,396	20,660,491
2014	1	9,496,938	1,753,324	1,500,253	7,864,650	20,615,165
	2	9,504,726	1,632,697	1,444,015	8,001,238	20,582,676
	3	9,491,018	1,616,434	1,350,782	8,073,672	20,531,906
	4	9,558,920	1,535,136	1,402,152	8,083,700	20,579,908
2015	1	9,353,154	1,835,313	1,509,318	7,839,520	20,537,305
	2	9,239,307	1,896,985	1,518,505	7,831,102	20,485,899
	3	9,122,431	2,003,073	1,513,460	7,753,861	20,392,825
	4	8,982,005	1,958,712	1,741,660	7,674,743	20,357,120
2016	1	8,565,656	2,352,723	1,721,602	7,658,059	20,298,040

	2	8,338,821	2,454,610	1,971,107	7,376,493	20,141,031
	3	8,035,855	2,473,243	2,002,500	7,724,704	20,236,302
	4	7,949,052	2,599,331	2,135,751	7,458,906	20,143,040
2017	1	7,718,945	2,798,236	2,285,762	7,306,952	20,109,895
	2	7,879,098	2,670,917	2,239,899	7,370,903	20,160,817
	3	7,963,903	2,541,193	2,441,065	7,182,637	20,128,798
	4	8,156,159	2,426,873	2,364,627	7,157,398	20,105,057
2018	1	7,818,724	2,731,595	2,499,240	6,995,128	20,044,687
	2	7,780,758	2,515,875	2,518,110	7,215,851	20,030,594
	3	7,988,646	2,523,596	2,507,116	7,053,143	20,072,501
	4	7,895,696	2,565,907	2,545,023	7,004,929	20,011,555
2019	1	7,750,864	2,666,340	2,591,144	6,951,254	19,959,602
	2	7,920,477	2,514,399	2,513,880	6,962,949	19,911,705
	3	7,878,786	2,489,992	2,398,385	7,003,635	19,770,798
	4	7,906,860	2,320,836	2,439,050	7,107,333	19,774,079
2020	1	7,575,858	2,654,942	2,529,511	7,067,078	19,827,389
	2	6,329,943	2,283,557	3,515,094	7,837,657	19,966,251
	3	6,548,961	2,644,551	3,427,812	7,459,846	20,081,170
	4	7,242,944	2,740,913	3,156,415	7,126,158	20,266,430
2021	1	7,064,171	2,915,584	3,173,998	7,083,990	20,237,743
	2	7,253,573	2,890,393	2,935,971	6,940,083	20,020,020
	3	7,716,628	2,673,302	2,647,388	6,736,263	19,773,581
	4	7,992,591	2,451,744	2,541,106	6,725,031	19,710,472
2022	1	7,925,046	2,443,567	2,424,770	6,804,407	19,597,790
	2	8,238,167	2,110,429	2,217,277	6,918,153	19,484,026
	3	8,303,635	1,931,211	2,139,638	7,043,759	19,418,243
	4	8,343,150	1,774,569	2,015,665	7,369,643	19,503,027
2023	1	7,901,779	1,962,427	1,998,358	7,572,415	19,434,979
	2	8,040,049	1,755,632	1,757,211	7,695,203	19,248,095
	3	8,149,524	1,691,967	1,861,101	7,601,519	19,304,111

	4	8,246,191	1,641,631	1,821,774	7,494,172	19,203,768
2024	1	7,968,868	1,794,696	1,884,141	7,472,409	19,120,114
	2	8,340,710	1,467,526	1,698,839	7,601,213	19,108,288
	3	8,525,794	1,419,868	1,654,534	7,495,240	19,095,436
	4	8,506,795	1,403,602	1,624,664	7,435,185	18,970,246

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.